



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

ACÓRDÃO Nº 362

Feito : Processo Nº 708/91-TCE/ACRE

Relator : Conselheiro MARCILIANO REIS FLEMING

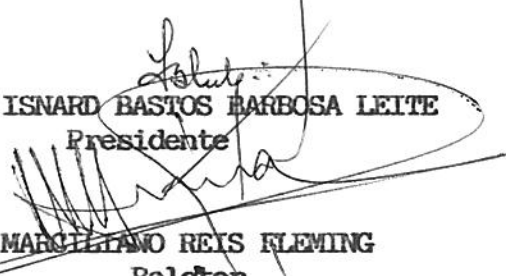
Assunto : Contratos de Prestação de Serviços firmados entre a Companhia de Saneamento do Estado do Acre "SANACRE" e JOSÉ AUGUSTO ROCHA DA SILVA e OUTROS.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS com prazo determinado, celebrado por Órgão de Administração Pública Indireta. Prorrogação automática e conversão em emprego efetivo. Infringência ao disposto nos artigos 37, II da Constituição Federal e 27, II da Constituição Estadual. Contratos **considerados irregulares**.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 708/91, acima indicado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste aresto, no sentido de **considerar irregulares**, os contratos em exame, e seus respectivos Termos Aditivos, e via de consequência, pela **notificação** do Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Estado do Acre, para, no prazo de trinta (30) dias, adotar medidas objetivando sanar as irregularidades apontadas no Relatório Técnico de fls. 33/36, dos autos, de tudo ciente este Tribunal de Contas e ao depois, cumpridas as formalidades legais, pelo arquivamento do processo. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro Helio Saraiva de Freitas.

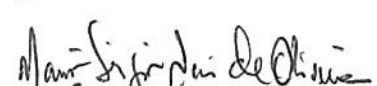
Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco-Ac, 07 de abril de 1993.-

  
Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE  
Presidente

Cons. MARCILIANO REIS FLEMING  
Relator

Fui presente:

  
MÁRIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA  
Procurador do M.P.E.

TRIBUNAL DE CONTAS - ESTADO DO ACRE	
Esta	publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N°	6.031
de 18	05 / 93
S. Freire	
Secretaria do Plenário	



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSOS Nº 705, 706, 707, 708, 712, 715 e 718/91

RELATOR: CONSELHEIRO MARCILIANO REIS FLEMING

ASSUNTO: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADOS ENTRE A SANACRE E PARTICULARES, REGIDOS PELA LEGISLAÇÃO CIVIL.

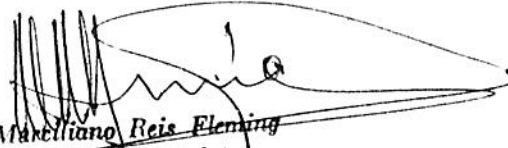
### RELATÓRIO:

Os processos supra referenciados, guardam a mesma conformidade e tratam de contratações de serviços transitórios, firmados entre a SANACRE e particulares, cujos agentes contratados foram efetivados, isto é, passaram para o Quadro Permanente, conforme se infere, e passaram a receber salário mensal, tudo consoante se vê às fls. e fls. e da análise técnica constante dos Pareceres emitidos nos respectivos autos.

O Procurador-Chefe do Ministério Público Especial, em Parecer uniforme, em razão da afinidade dos mencionados processos, apontou diversas irregularidades e, em conclusão, opinou pela notificação do responsável, assinalando-se-lhe prazo razoável para que seja regularizada "a presente ocorrência".

É o relatório.

Rio Branco-AC, de abril de 1993.

  
Marciliano Reis Fleming  
Conselheiro Relator





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSOS Nº 705, 706, 707, 708, 712, 715 e 718/91

RELATOR: CONSELHEIRO MARCILIANO REIS FLEMING

ASSUNTO: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADOS ENTRE A SANACRE E PARTICULARES, REGIDOS PELA LEGISLAÇÃO CIVIL.

### CONCLUSÃO E VOTO:

Consoante bem visto no Relatório, tratam-se de processos conexos, ou seja, é comum o objeto. E embora possam ser julgados separadamente, visando economia e maior celeridade, podem ser apreciados em conjunto, como de fato foi a via escolhida pelo Procurador-Chefe do Ministério Público Especial, em seu douto Parecer de folha 68, constante do primeiro processo nominado.

Com efeito, todos os processos referem-se a contratações de serviços de caráter temporário, por prazo determinado, cujos agentes, cumprido o prazo preestabelecido, ao invés de serem dispensados, na forma legal, tornaram-se estáveis ou efetivos nos respectivos cargos e passaram a receber mensalmente, o que caracteriza estabilidade no Quadro Funcional da Instituição: SANACRE.

Com esse procedimento administrativo, vê-se que a autoridade descumpriu, por inobservância ao disposto nos arts. 56 e 57, do Decreto-Lei 2.300/86, no que tange à fiscalização da execução dos serviços contratados, bem assim o art. 63, I, letra (a), do mesmo Estatuto, no que se refere ao recebimento da obra e/ou serviços e, conseqüentemente as rescisões dos referidos contratos, de acordo com os termos que foram preestabelecidos.

De igual modo, a autoridade responsável, no caso, o Diretor Presidente da Instituição, com a permissividade desse procedimento administrativo, isto é, o de admitir em caráter estável ou efetivo o pessoal contratado para execução de serviços temporários, mediante contrato por prazo determinado, infringiu o art. 37, II, da Constituição Federal combinado com o art. 37, III, I.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

da Constituição Estadual.

Assim, pois, sou pela nulidade dos atos administrativos que colimaram com a efetivação dos contratados e, via de consequência, pela notificação do Diretor Presidente da SANACRE para, no prazo de 30 (trinta) dias, corrigir as irregularidades apontadas.

Ante o exposto, expeça-se ofício à referida autoridade, acompanhado das peças fundamentais do Processo (Parecer do MPE e Acórdão, integrais). Cumpridas as normas legais, arquivem-se os respectivos processos.

Rio Branco-AC, de abril de 1993.



Marcelliano Reis Fleming  
Conselheiro Relator